



SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL nº 242/24

Realizada a pesquisa a respeito do assunto foi localizado:

- Constituição Federal;
- Lei Orgânica do Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº 10.558, de 17 de junho de 1988, que institui o Plano de Pavimentação Urbana Comunitária – PPUC, altera dispositivos da Lei nº 10.212, de 11 de dezembro de 1986.
- Lei Municipal nº 14.004 de 14 de junho de 2005, que regulamenta a Lei Orgânica do Município em matéria de plebiscito, referendo e iniciativa popular.
- Lei Municipal nº 14.015, de 28 de junho de 2005, que dispõe sobre o descarte e reciclagem de misturas asfálticas retiradas dos pavimentos urbanos municipais, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014, que aprova a política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002;
- Decreto Legislativo nº 48, de 15 de maio de 1997, que dispõe sobre a convocação pela Câmara Municipal de São Paulo de consulta plebiscitária a população sobre a implantação, em caráter permanente do Programa de Restrição a Circulação de Veículos Automotores na Região Metropolitana da Grande São Paulo que devesse atingir o Município da Capital, em razão do Projeto de Lei nº 130/97 do Exmo. Senhor Governador do Estado de São Paulo;
- Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo – art. 236, *caput*;
- Decreto Municipal nº 58.756, de 16 de maio de 2019, que estabelece critérios adicionais para a execução de reparação de pavimentos flexíveis, de concreto e articulados danificados por obras de infraestrutura urbana executadas em todas as vias públicas.
- PL 476/15, que regulamenta o artigo 10 da Lei Orgânica do Município de São Paulo e dá Outras Providências (VETADO);
- PDL 51/17, que com base nos artigos 45 e 112 da Lei Orgânica do Município, assim como o artigo art. 236, *caput*, do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo, convoca consulta, via plebiscito, sobre o Plano Municipal de Desestatização, no



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

que diz respeito à alienação, concessão e permissão de serviços, obras e bens públicos da Cidade de São Paulo.

- PDL 28/24, que convoca consulta pública, via plebiscito, sobre a desestatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 17 de junho de 2024.

Juliana Trindade
Procuradora Legislativa
OAB/SP 232.414